

PM BOM PRINCIPIO
90873787000199
Av Guilherme Winter, 65,
BOM PRINCIPIO / RS - 95765-000
(51)36348100

Processo Nº: 2021/497

Sequência: 2

Requerente: CAMILA PAULA BERGAMO

Remetente: COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNACAO DE EDITAL

Destinatário: Assessoria Jurídica Especializada

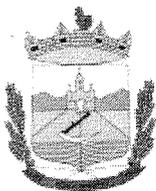
Data de Despacho: 03/03/2021

Despacho: Encaminhado para análise.

AUGUSTO NAPP



03/03/2021 17:26
Usuário: AUGUSTO NAPP



PM BOM PRINCIPIO
90873787000199
Av Guilherme Winter, 65,
BOM PRINCIPIO / RS - 95765-000
(51)36348100

Processo Administrativo nº 2021/497

Requerente: CAMILA PAULA BERGAMO

UF: SC

Endereço: RUA DR MAURI

Ouvidoria

Comercial:

Ouvidoria

Residencial:

CPF / CNPJ: 09092648990

CEP: 89700-065

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNACAO DE EDITAL

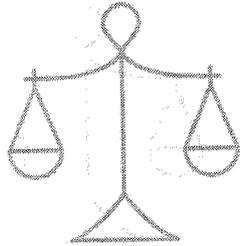
Descrição: Referente Pregão Presencial nº 017/2021

Observações:

BOM PRINCIPIO / RS , 03/03/2021



03/03/2021 17:08
Usuário: Adriani Juchem



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE BOM PRINCÍPIO /RS

Pregão Presencial Nº 017/2021

CAMILA PAULA BERGAMO, inscrita no RG sob o nº 5.753.017 e CPF sob o nº 090.926.489-90, com registro na OAB/SC sob o nº 48.558, estabelecimento profissional à Rua Doutor Maruri, nº 330, Apto 302, Centro, Concórdia/SC, CEP: 89.700-065, fone (49) 99969-5400, e endereço eletrônico camilabergamoadv@hotmail.com, vem, à presença de V.S.^a, com fulcro, no art. 41, § 1º, da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, tempestivamente apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, consoante os fatos e fundamentos que passa a expor:

PRELIMINAR - DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que a sessão pública está prevista para abertura na data de 11/03/2021, insta salientar que a impugnante está dentro do prazo para impugnar previsto no Art. 41, §2º da Lei Nº 8.666/93, qual seja, o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, e desta forma, a presente impugnação ao edital resta tempestiva.

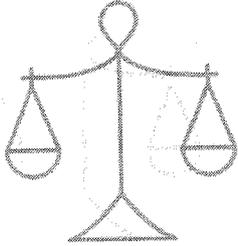
SÍNTESE DOS FATOS

A presente impugnação diz respeito ao Edital de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 017/2021, a realizar-se na data de 11/03/2021, proposto pela Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Princípio /RS, tendo como objeto a aquisição de pneus novos, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Contudo, verificou-se que no texto editalício possui cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, visto que restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados e até mesmo de origem nacional.

(49) 99969-5400

camilabergamo23@hotmail.com



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

Dessa forma, requer o recebimento da presente impugnação, para que sejam aceitos os questionamentos abaixo elencados, para que seja garantido os princípios norteadores do processo licitatório, inclusive, o da ampla concorrência e proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

MÉRITO

DO DOT INFERIOR A 06 MESES

O edital em análise, exige, na **descrição do item 1.3**, pneus com DOT inferior a **06** meses. O DOT, é o meio de auferir a data de fabricação de pneus, porém, ao contrário da maioria dos outros produtos, não pode ser utilizado como base para apurar a data de validade destes.

Tal fato ocorre devido ao material utilizado na fabricação dos pneus ser de durabilidade extrema, não seguindo a mesma lógica de produtos perecíveis. Para exemplificar, toma-se como base algumas definições de **pneu novo**:

Segundo a Resolução nº 416/2009 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA:

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

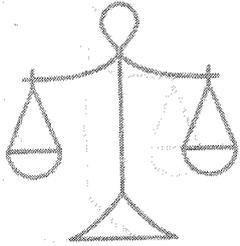
[...]

II – Pneu novo: pneu, de qualquer origem, que não sofreu qualquer uso, nem foi submetido a qualquer tipo de reforma e não apresenta sinais de envelhecimento nem deteriorações, classificado na posição 40.11 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.

Para Zilda Faria de Lima Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, no material denominado Ciclo de Vida dos Pneus:

Pneu novo: Pneu que não sofreu qualquer uso, nem foi submetido a qualquer tipo de reforma, e não apresenta sinais de envelhecimento nem deteriorações de qualquer origem.

Ainda, extrai-se do material suso mencionado a seguinte tabela:



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

TEMPO DE DECOMPOSIÇÃO DE ALGUNS RESÍDUOS

Material	Tempo de Degradação
Aço	Mais de 100 anos
Alumínio	200 a 500 anos
Chicletes	5 anos
Cordas de nylon	30 anos
Embalagens Longa Vida	Até 100 anos (alumínio)
Embalagens PET	Mais de 100 anos
Isopor	indeterminado
Papel e papelão	Cerca de 6 meses
Pneus	indeterminado
Sacos e sacolas plásticas	Mais de 100 anos
Vidros	indeterminado

Outrossim, devido à imaterialidade do prazo de validade dos pneus, faz-se necessário a análise de outros diplomas legais. Inexiste, no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, comandos precisos acerca das condições necessárias de rodagem concernentes ao assunto, tratando-o de forma abstrata em seu artigo 230, inciso XVIII, ao se referir ao mau estado de conservação.

Coube à Resolução nº 558/1980, definir o mínimo aceitável, se tratando da conservação do objeto tratado:

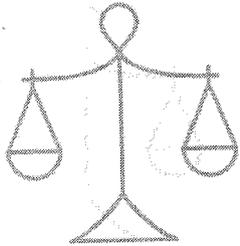
Art. 4º - Fica proibida a circulação de veículo automotor equipado com pneu cujo desgaste da banda de rodagem tenha atingido os indicadores ou cuja profundidade remanescente da banda de rodagem seja inferior a 1,6 mm.

Observa-se que, em momento algum, existem referências ao DOT, nem para fins deterioração, nem para fins de sanções administrativas do CTB. Em suma, os parâmetros estabelecidos no edital não se alinham aos utilizados pelos órgãos especializados na matéria. Isto ocorre pois, como já aludido alhures, não há conexão direta entre DOT e validade, sendo este utilizado, subsidiariamente, para fins de garantia. Esta afirmação é corroborada pela Associação Brasileira de Indústrias Pneumáticas:

Os pneus não têm prazo de validade e sim a garantia contratual oferecida pelos fabricantes, que normalmente é de cinco anos a partir da data da nota fiscal de compra do pneu ou da data de compra do veículo novo.

(49) 99969-5400

camilabergamo23@hotmail.com



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

Na falta do comprovante de compra do pneu, a data que pode ser considerada é a de fabricação do pneu. Para saber quando ele foi produzido, basta olhar na sua lateral. Logo depois do código DOT, encontra-se o número de série e esta informação consta os quatro últimos algarismos. Os dois primeiros dizem respeito à semana de produção e os dois últimos ao final do ano de fabricação. (ex.: 1017 [décima semana do ano de 2017]).

Ademais, a fixação de prazo de fabricação tão exíguo é análoga a proibição de produtos importados, pois a simples tramitação aduaneira, somada com às negociações e procedimentos do fornecedor, exige tempo superior ao previsto no presente edital.

Proibição esta, diga-se de passagem, que já foi exaustivamente trabalhada pelas Cortes de Contas e afastada dos processos licitatórios. Extrai-se do Acórdão 556/2014, do Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em voto do Excelentíssimo Relator Ivan Lelis Bonilha, acatado por unanimidade:

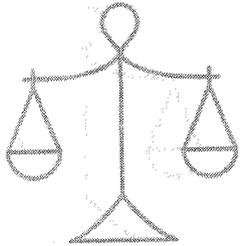
No caso concreto, verifica-se que o edital do Pregão Presencial nº 10/2013, no item 29 (peça 02, fl. 56), exigiu que os pneus, câmaras de ar e protetores fossem de fabricação nacional, justificando tal preferência, em suma, no interesse público. A exigência, contudo, não possui respaldo legal, vez que o ordenamento jurídico não prevê distinções dessa natureza, sendo que a Lei nº 8.666/93 apenas utiliza o critério da nacionalidade para eventual empate nas licitações (artigo 3º, §2º10) e no caso de estabelecimento de margem de preferência (artigo 3º, §5º 11), não sendo estas a hipótese dos autos.

[...]

Dessa forma, entendo que a preferência por pneus, câmaras de ar e protetores nacionais em detrimento de importados foi exigência excessiva e violou a competitividade do certame, em afronta aos artigos 3º, §1º, da Lei nº 8.666/9312, e 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/0213, já citados.

Nesse esteio, duas máximas podem ser propaladas:

- a) A fixação do DOT inferior a **06** meses, como parâmetro editalício, é arbitrária, não possuindo respaldo técnico-científico como garantidor de qualidade e durabilidade de pneumáticos.
- b) A fixação do DOT inferior a **06** meses é proibição velada à participação de produtos importados, impossibilitando os processos necessários para sua fabricação, negociação e importação em tempo hábil.



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

Desta forma, pode-se concluir que esta atitude configura verdadeiro direcionamento do objeto, garantindo vantagem desleal às empresas de produção nacional. Em clara afronta à legislação pátria, conforme se extrai da Lei de Licitações:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§1º. É vedado aos agentes públicos:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos da convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Desta feita, roga-se pela exclusão do DOT de 06 meses, garantindo o caráter competitivo do certame e o cumprimento do melhor interesse social.

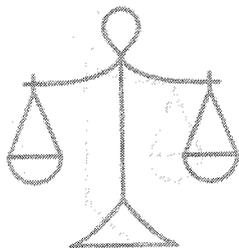
PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

- a) O recebimento da presente Impugnação ao Edital com o devido processamento aos autos do Processo Licitatório;
- b) Seja devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na Impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital nos seguintes termos:

(49) 99969-5400

camilabergamo23@hotmail.com



CAMILA BERGAMO

OAB/SC 48.558

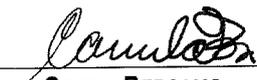
Item 1.3. Não serão aceitos pneus com data de fabricação superior a 6 (seis) meses, levando em consideração o DOT do pneu.

Passa a constar o prazo de fabricação de 24 meses, de forma a ser considerado o demorado prazo de fabricação e importação, além da atual pandemia do COVID-19.

c) Seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, § 4º da Lei de Licitações.

Nestes termos, pede deferimento.

Concórdia, 2 de março de 2021



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

**PM BOM PRINCIPIO**

90873787000199
Av Guilherme Winter, 65,
BOM PRINCIPIO / RS - 95765-000
(51)36348100

Processo Nº: 2021/497

Sequência: 3

Requerente: CAMILA PAULA BERGAMO

Remetente: Assessoria Jurídica Especializada

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNACAO DE EDITAL

Destinatário: GABINETE DO PREFEITO

Data de Despacho: 08/03/2021

Despacho: Ao Senhor Prefeito Municipal, com parecer jurídico.

César Luís Baumgratz



08/03/2021 10:10
Usuário: César Luís Baumgratz



PARECER N° 007/2021

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL N° 023/2021 – MODALIDADE PREGÃO
PRESENCIAL N° 017/2021**

OBJETO: FORNECIMENTO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA

Versa o presente parecer jurídico sobre impugnação de Edital – Pregão Presencial n° 017/2021, proposto por Camila Paula Bergamo, que pretende a exclusão da exigência constante do Item 1.3 do edital que exige pneus com DOT inferior a 06 meses, sob o argumento de que essa exigência não tem respaldo técnico científico e também porque demonstram uma proibição velada a participação de produtos importados, impossibilitando os processos necessários para sua fabricação, negociação e importação em tempo hábil.

Em relação à arbitrariedade arguida pela Impugnante, entendemos de que não se trata de uma arbitrariedade, tendo em vista que essa exigência já constava dos Editais anteriores desta municipalidade, na qual sempre era exigido a fixação de DOT com 06 meses de validade. E desta exigência, não se tem conhecimento que qualquer empresa participante tenha impugnado o edital, o que *prima facie* demonstra a legalidade e a factibilidade.

Por outro lado, assiste razão a impugnante de que a exigência de DOT não é sinônimo de garantia do pneu. Desta forma, entendemos que o item 1.3 do Edital seja excluído, mas de outra sorte que seja incluído na Minuta Contratual a exigência de garantia de fabricação dos pneus.

Assim, sugerimos a inclusão na Cláusula Nona, inciso II da Contratada o acréscimo da seguinte obrigação: garantia de 05 (cinco) anos contra defeito de fabricação dos pneus.

É o parecer.

Bom Princípio, 08 de março de 2021.

César Luís Baumgratz
OAB/RS n° 22.147

**PM BOM PRINCÍPIO**

90873787000199

Av Guilherme Winter, 65,
BOM PRINCÍPIO / RS - 95765-000
(51)36348100**Processo Nº: 2021/497**

Sequência: 4

Requerente: CAMILA PAULA BERGAMO

Remetente: GABINETE DO PREFEITO

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Destinatário: SETOR DE EMPENHOS E CONTRATOS

Data de Despacho: 08/03/2021

Despacho: Para providências.

STEFANE MULLER**Assistente de Organização e Métodos**

De acordo com o parecer jurídico.
B.P., 08/03/21



FÁBIO PERSCH
Prefeito Municipal

08/03/2021 10:12
Usuário: STEFANE MULLER